

“Mando apurar todas as denúncias”

Leitor – Por que o senhor não é mais enérgico no combate à corrupção?

Fernando Henrique Cardoso – O que estão chamando de enérgico é essa coisa de promover a gritaria e tirar proveito do combate. Na História do Brasil nunca houve tanta intolerância com a corrupção como agora. Você nunca teve contas abertas como tem agora, Polícia Federal investigando tudo, Ministério Público livre, Receita Federal também. Enfim, o governo leva adiante a apuração de todas as denúncias. O que se precisa diferenciar é a energia de apuração do jogo político. Sabe por que não apoiei a CPI da Corrupção? Porque CPI não apura nada. Ela manda tudo para o Ministério Público. Quando você tem o Ministério Público já apurando, para quê uma CPI? O que aconteceu com as últimas CPIs? Houve uma da Sude-ne, recentemente. Era um mero palanque eleitoral. Tudo já estava sendo apurado. Não tem um caso que o governo esteja obstruindo.

Associados – Para o senhor, qual foi a última CPI séria?

FHC – Não sei. Não acompanho todas. Pegue a do Lalaú, a do juiz Nicolau dos Santos Neto. Tudo já estava na Justiça. A CPI foi boa porque deu mais relevo às questões e colocou o assunto como um tema da sociedade, mas ao mesmo tempo começaram a levantar suspeitas descabidas contra gente séria. Exemplo: o Martus Tavares. Então o risco de politização desses assuntos é fazer com que as pessoas paguem por crimes que não praticaram.

Associados – O senhor acha que a CPI do Judiciário, que pegou o juiz Nicolau, resolveu os problemas de corrupção do Poder Judiciário?

FHC – Certamente não. Nem sei se foram a fundo na apuração. Ficaram concentrados numa só pessoa.

Associados – Com esse raciocínio o senhor não acaba liquidando a instituição das CPIs?

FHC – Não, não. A CPI que foi proposta contra meu governo não respeitava a regra das CPIs. Era de tudo. Isso era coisa do regime militar: tudo ao mesmo tempo. Tem de ter fato determinado. Se houver uma CPI com fato determinado, não tenho nada a opor. Agora, uma CPI política vai simplesmente levantar fumaça e não vai apurar nada. Nós estamos apurando tudo.

Associados – E tem CPI que não é política?

FHC – Tem. Mas essa, no fundo, era uma CPI contra o governo. Era uma tentativa clara de chegar ao governo, de obter o impeachment. Isso eu não aceito. Defendo as instituições. Defendo meu mandato. Apuro tudo – DNER, Sudam, Sude-ne.

Associados – A mais recente vítima dessa onda é o senador Jader Barbalho. Quando o Jader foi eleito presidente do Senado, todos os jornais creditaram a vitória a um intenso trabalho do ministro José Serra a favor dele. Agora que ele caiu, enredado numa teia de corrupção, não é para supor que Serra tem muito a perder com isso, caso seja candidato a presidente?

FHC – Se a primeira premissa fosse verdadeira, sim. Mas é falso dizer que o Serra trabalhou pelo Jader. O senador Jader Barbalho se elegeu

num movimento de repulsa do Senado às articulações de Antonio Carlos Magalhães.

Associados – O governo não teve nada a ver com isso, presidente?

FHC – Nada. No dia em que vocês puderem ler os meus diários...
Associados – É só liberar. Lemos agorinha (risos)!

FHC – ... (ainda rindo) vão ver que não teve nada de governo nisso. O movimento do Senado era contra o estilo de Antonio Carlos Magalhães. Eu olhei tudo isso de camarote.

Associados – O senhor não ajudou o PMDB a eleger Jader no Senado dando uma mão para Aécio Neves (PSDB-MG) derrotar o PFL na Câmara?

FHC – Pelo contrário. Disse ao Aécio que não iria interferir. O Aécio só se tornou viável porque o ACM vetou o Jader no Senado.

“ NÃO DOU SOLIDARIEDADE A QUEM ESTÁ EM DIFICULDADE POR PRATICAR CRIMES. UMA COISA É SOLIDARIEDADE POLÍTICA. OUTRA, O CRIME ”

Associados – O senhor foi senador por 12 anos. Imaginava, a algum dia, ver o Senado tão desgastado, tão manchado pela corrupção?

FHC – Jamais. Nunca vi, nos anos em que convivi lá, um grau de agressividade tão grande. Im palavrado tão pesado. Isso é muito ruim, muito negativo.

Associados – O governador do Espírito Santo, José Ignacio Ferreira, que é do partido do senhor e foi senador com o senhor, é refém de um processo de impeachment por corrupção. Tudo parece comprovado e assumido. O PSDB, que expulsou o ex-senador José Roberto Arruda de seus quadros, deve expulsar Ignacio também?

FHC – O PSDB expulsou o Arruda quando ele caiu naquela contradição enorme sobre a violação do painel eletrônico de votação do Senado. Eu não fui favorável à expulsão sumária dele. É preciso dar o direito de defesa a todo mundo. Sou um homem institucional. No caso de José Ignacio, é a mesma coisa. Não sei, não conheço, estou vendo o caso pelos jornais. Se efetivamente for comprovado o que se diz, é uma questão criminal que me surpreende.

Associados – Isso é ruim para o PSDB?

FHC – Isso existe em todos os partidos. Mas os partidos não podem se solidarizar por erros ou crimes praticados por um de seus aliados. Você não é aliado para praticar crimes. Você é aliado por conta de um projeto político. Eu não dou solidariedade a quem está com dificuldade porque errou criminalmente. Uma coisa é a solidariedade política. Outra, o crime.

Fotos: Zuleika de Souza



GLOBALIZAÇÃO

“Os capitais são covardes”

Associados – Em 1968, durante as rebeliões estudantis na França, o senhor ensinava na Universidade de Paris e ficou do lado dos alunos. Se o senhor ensinasse na Universidade de Gênova e estivesse na Itália na semana passada, daria abrigo aos manifestantes antiglobalização? Iria entendê-los?

FHC – Certamente. Em 1968 estava com os jovens, os estudantes, não só na França mas tam-

bém aqui no Brasil. São formas de protesto em momentos que você está com a sociedade sucoada. No caso atual, o sufoco não é o equivalente ao que havia em 1968. Os principais chefes de Estado estavam reunidos para discutir o problema da pobreza. Os que protestavam não eram pobres. Mas eram pessoas que queriam, como em 1968, uma revolução existencial – querem um outro mundo.

Associados – O que o Brasil ganha com a inserção total de sua economia no processo de globalização? Somos apenas um grande mercado ou somos também um agente desse processo?

FHC – O Brasil só tem a ganhar. A

inserção não é total. Mas o Brasil é um dos poucos países que ganham. Temos gente competente, incentivo científico e tecnológico e dinheiro. Houve uma enorme concentração de investimentos no Brasil. Só três países no nosso continente tiveram vantagens relativas com a globalização: Brasil, México e, em menor escala, Chile. São os que tiveram maior possibilidade de avanços nesse rearranjo econômico global, até porque nossa economia ainda é das mais fechadas do mundo.

Associados – Que medidas serão tomadas para que a crise argentina não afete o Brasil?

FHC – Ela afeta de duas maneiras. A primeira é a resistência do

meado argentino em comprar produtos brasileiros – eles reagem, nossos produtos impondo tarifas elevadas de importação. Agora, o mais importante, é que ela pode afetar pelo que chamamos de “fenômeno de contágio”. Sem nenhuma razão objetiva, os anastas de mercado concluem que a Argentina está em dificuldades o Brasil também estará. Então, os capitais financeiros, que são covardes, recolhem-se. Daí sobre a taxa de câmbio. O quêzemos? Estamos alongando prazo de vencimento dos títulos das dívidas brasileiras. Nesse momento não sei exatamente de quanto é esse prazo, talvez de 36 meses. O Brasil se hoje cerca de US\$ 90 bilhões. As reservas estão em torno

de US\$ 35 bilhões. Faltam, então, US\$ 55 bilhões, menos de 10% do PIB. A dívida que mais preocupa é a das empresas brasileiras no exterior. Essa dívida, hoje, gira em torno de US\$ 120 bilhões. Então é preciso ter um colchão de proteção. E temos. Se necessário, pedimos apoio do FMI. O Fundo pode nos socorrer, de imediato, com US\$ 18 bilhões ou US\$ 20 bilhões. O Brasil, hoje, tem uma posição forte e respeitada ante o FMI porque está com as contas equilibradas e porque tem capacidade de decidir o próprio futuro. O presidente do Chile, Ricardo Lagos, que é de esquerda, está certo ao dizer que o equilíbrio fiscal não é de esquerda nem de direita: é um imperativo do mundo contemporâneo.

O PRESIDENTE RESPONDE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LEITORES DO CORREIO

Leitor – Todos os anos, os acidentes de trânsito matam 40 mil pessoas, ferem outras 50 mil e consomem US\$ 10 bilhões. Por que o governo não assume definitivamente uma política de trânsito no país?

Fernando Henrique Cardoso – A aprovação do Código de Trânsito Brasileiro, em 1997, foi um esforço do meu governo

para civilizar o trânsito, tornando-o expressão de civilidade, urbanidade e cidadania. Sem o apoio do meu governo, esse novo código não teria sido possível. Até então, o que tínhamos nas ruas das cidades e nas rodovias era uma verdadeira guerra civil. Conseguimos, pelo menos, diminuir um pouco esse clima de guerra civil. Em 1997, houve 327 mil acidentes com vítimas nas estradas. Em 2000, esse número caiu para 278 mil. Em 97, o número de mortes foi de 24 mil. Esse número caiu para 19 mil em 2000. Mesmo assim, há números alarmantes. Cerca de 40% dos recursos do SUS foram gastos, em 2000, no atendimento de vítimas de acidentes de trânsito no Brasil. Foram R\$ 2 bilhões que poderiam ter sido gastos em

outras áreas da saúde não fosse o descumprimento das leis de trânsito. Uma das falhas mais graves está no sistema de multas: elas são aplicadas mas não são cobradas por falta de colaboração entre as polícias e os departamentos estaduais de trânsito. Só no ano passado a Polícia Rodoviária Federal deixou de cobrar R\$ 76 milhões em 600 mil multas porque a

maioria dos Detrans se recusa a fornecer nomes e endereços dos infratores. Dos 27 Detrans do país, apenas 13 têm convênio para trocar de informações com a Polícia Rodoviária.

Leitor – As universidades estão sem professores e impedidas de contratar substitutos. Até que ponto a austeridade fiscal vai prejudicar o funcionamento de nossas universidades?

FHC – As universidades não estão impedidas de contratar professores substitutos. Agora mesmo, foi autorizada a contratação de 2 mil professores substitutos. Na verdade, o governo está executando uma política de permitir, ao mesmo tempo em que contratam professores, que as universidades federais abram um maior número de vagas para os estudantes. A relação entre o número de professores e o número de estudantes no Brasil é muito baixa, ou seja, há muito pouco estudante por professores. Sei que há uma pressão muito grande por parte das universidades, mas o interesse público tem que prevalecer sobre o interesse corporativo. Isso não tem nada a ver com o ajuste fiscal. Não é o ajuste fiscal que está prejudicando as universidades,

até porque elas tiveram uma expansão de gastos considerável, sem falar nos planos de pesquisa, nos fundos de pesquisa, que cresceram muito.

Leitor – Como é possível comemorar a existência de superávit primário nas contas públicas num país com 49 milhões de miseráveis?

FHC – Se não houvesse superávit, teríamos muito mais miseráveis. Por quê? Porque o superávit é para garantir que não haja inflação, para que nós possamos ter nossas contas em ordem, para que a taxa de juros não suba em demasia – ela já é

Bem alta – e para evitar que haja inflação. Ora, a grande fabricante de miséria é a inflação. Não são 49 milhões de miseráveis. Isso depende da linha de pobreza e de indigência que se trace. E essa linha é sempre uma abstração aritmética sobre a renda da pessoa, a renda per capita. O Correo Brasileiro publicou, recentemente, os dados do Ipea.

Eles mostram claramente o seguinte: o número de pobres no Brasil chegou a um pico de quase 50% no fim da década de 80 e começou a diminuir em 1990. Com o Plano Cruzado, houve uma queda abrupta. O número de pobres caiu para 29%. Eles ficaram quase um ano nessa proporção. Em seguida, voltaram a subir para mais de 40%. Só agora, com o Plano Real, é que houve uma nova queda, para algo em torno de 33%. E essa taxa continuou declinando. Pelos úl-

timos números que vi, os pobres estavam em torno de 31%. Portanto, houve uma diminuição em termos proporcionais e também em termos absolutos. O Plano Real foi que combateu a inflação, o que supõe a existência do superávit primário. Portanto, essa pergunta está equivocada. Se não houvesse o superávit primário, o número de pobres seria ainda maior. E nós temos programas específicos de combate à pobreza, como o Bolsa-Escola, o programa de erradicação do trabalho infantil, o pagamento de benefícios aos idosos que não têm meios próprios de sobrevivência. O governo federal está redistribuindo, em dinheiro, R\$ 22 bilhões este ano. Isso nunca foi feito no Brasil.

Leitor – O governo quer humanizar o atendimento na área de saúde. Mas como fazer isso sem antes trilhar o caminho da humanização dos profissionais? O caminho para humanizar a equipe não seria dar salário digno e educação de qualidade?

FHC – Humanizar o atendimento à saúde é muito mais amplo do que salário e mesmo do que educação. Humanizar é dar atenção ao outro, é sentir-se irmão do outro. Para isso, precisa haver, realmente, uma mudança de mentalidade. Não é o governo que faz isso. Quem faz isso é a sociedade. A própria sociedade

de deseja isso hoje. Ninguém mais aceita o descaso. Mas não há relação com o salário. Devo até dizer que os profissionais da saúde, como os médicos, têm até um salário relativamente elevado. O SUS, que apóia as prefeituras, com essas equipes de tratamento, paga um salário bastante razoável. Não é por aí. Acho que é mais uma educação de qualidade. Talvez nem seja isso. Seria mais um sentimento que tem a ver com a cultura e com a preocupação com o outro. Temos ainda que avançar muito nisso.

Leitor – Qual é o indicador em que o presidente se respalda para dizer que a educação é prioridade no seu governo? Como a educação pode ser considerada prioridade se os salários dos professores são muito baixos em todo o país?

FHC – Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Hoje, temos 97% das nossas crianças em idade escolar nas salas de aula. Antes, não era assim. As coisas mudaram muito. Houve um aumento imenso do ensino secundário. Houve uma grande escolarização no Brasil. Isso foi feito porque demos prioridade à educação, sobretudo à educação de base. Houve melhorias em relação ao salário, também. Por que foi criado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, o Funde? Foi para permitir um aumento dos salários dos professores nas zonas mais pobres do Brasil. Nos municípios mais pobres do Nordeste, o aumento foi considerável. O problema do Brasil é que, quando a gente vê os salários, pensa em termos dos salários de São Paulo e do Rio de Janeiro e Brasília. Então, quando se dá um aumento de R\$ 100,00, isso parece ridículo. Mas, quando se verifica como eram os salários anteriores, eles estavam, às vezes, abaixo do salário mínimo. Então, houve realmente um aumento de salário. Até mesmo dos professores universitários federais, que ganharam uma gratificação. Isso não é o suficiente. Nunca é o suficiente. Isso não é uma questão de ter recursos, de a sociedade enriquecer mais para poder pagar mais imposto e poder aumentar salário.

David Duarte, 47 anos, professor da UnB, presidente do Instituto Brasileiro de Segurança no Trânsito – Lago Norte

Érika Kokay, 43 anos, presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal – Asa Sul

Arnaldo Bernardino, 38 anos, ginecologista-obstetra, presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal – Lago Sul

José Raimundo oliveira, 47 anos, diretor do Sindicato dos Professores do Distrito Federal – Taguatinga